

# VOZ ANARQUISTA

GRUPO EDITOR ADERENTE AO M. L. P.  
apartado 52 · ALMADA · PORTUGAL

F. A. I.

INTERNACIONAL ANARQUISTA

A. I. T.

Nº 3 - 26 MARÇO 1975

PUBLICAÇÃO MENSAL

PREÇO AVULSO 4\$00

## EDITORIAL

### ○ nosso momento

O momento que passa para uns, para aqueles que falam e agem, sem critério, como para os que manifestam, sofrível razão, não é nem poderia ser o nosso, anarquistas, que reiniciámos uma nova era de propaganda, para nós difícil, pois somos desconhecidos para muitos, com manifesta ignorância evidente, e por outros com malinada má-fé. Acima do clima nebuloso que se atravessa, nós mantemos, temos de manter, a nítida coerência da nossa acção, pugnando pela expansão compreensiva dos nossos ideais.

Somos pela Revolução Social, trabalhamos pela implantação do Comunismo Libertário que acabará com o capitalismo e com a propriedade privada. Mas encaramos a luta revolucionária como um ataque directo e unido de todos os sinceros revolucionários contra aqueles objectivos máximos, e não como uma digladição incongruente de partidos, procurando cada um denegrir o vizinho, para ganhar o poder e, por sua vez, estabelecer a opressão.

Nesta atmosfera confusa, persistimos em defender a necessidade de reestruturar a organização libertária, único meio de contribuir para a preparação do proletariado para a transformação social e fim da luta de classes.

A acção dos grupos anarquistas deve ser metodizada, se queremos que, dela resultem os frutos, são e duradouros, que nós, ou os nossos filhos, havemos de colher.

As coisas e os seres não nascem perfeitos, constituídos, com carácter definitivo, antes são o produto duma evolução contínua que os modifica de instante a instante.

Nos animais e nos vegetais, assim como nos minerais, esta evolução manifesta-se quase insensivelmente, quase independentemente da vontade daqueles que lhe estão sujeitos.

Mas, no homem, esta evolução natural é sujeita ao exame do seu raciocínio e portanto as modificações são mais ou menos concernentes com o estado de aperfeiçoamento intelectual e moral do indivíduo.

E o que se dá com o indivíduo dá-se também com as associações de indivíduos.

Estes devem ir aperfeiçoando dia a dia o modo de associação que usam, e este aperfeiçoamento é o resultado do exame livre que cada um faz e procura realizar imediatamente de acordo com os outros homens.

É em volta desta ideia que a questão social gira: modificação que uns homens pretendem fazer na Sociedade tal como se acha constituída e sua substituição por outra mais natural e portanto mais justa, mais livre, mais humana.

Os grupos anarquistas estão (nem podiam deixar de estar) neste caso, e acho que todos os anarquistas devem manifestar-se, limando aqui, aplainando acolá, aperfeiçoando além, pela palavra e pela escrita, este conjunto ainda não aperfeiçoado que é o conjunto dos grupos anarquistas.

É mister que venham a lume opiniões, os alvites, para de todas essas opiniões justas — se não se aproveitar tudo — alguma coisa se aproveite.

Se a continuação da organização anarquista estivesse dependente dum programa erigido, imposto ao todo por um apóstolo, um chefe, como acontece aos partidos políticos, seria fácil esse programa. Bastava ir buscar para a sua confecção as expressões pomposas, os conceitos autoritários e safados de velhice, copiar um autor, imitar outro, roubar uns conceitos preciosos àquele outro, e eis o programa. Mas o caso é diferente.

A organização anarquista tem que ser formada por in-

divíduos conscientes, eivados profundamente do conceito anarquista da Liberdade: e por isso têm que ser a um tempo autónomos e solidários, agregando sabiamente numa expressão única: a expressão da ideia de cada um.

Um grupo anarquista ao constituir-se deve dirigir a si próprio as seguintes perguntas: «Por quê e para que se constitui?»

«Qual o seu objectivo mais imediato?»

Os anarquistas, devem ter, se não completa, pelo menos fora da vulgar ignorância das massas, a educação anarquista, que não é mais que a educação liberta dos preconceitos daqueles que não são das nossas ideias.

O nosso programa é vasto, há que seguir insistentemente através de todos os obstáculos.

A orientação pelos princípios libertários é imprescindível. Repeti-lo nunca é demais. Funda-se um Grupo: é a reunião de alguns indivíduos da mesma oficina, do mesmo bairro, da mesma aldeia, da mesma escola.

Unem-nos afinidades; pensam todos pouco mais ou menos do mesmo modo. Que vamos fazer? A Revolução Social?

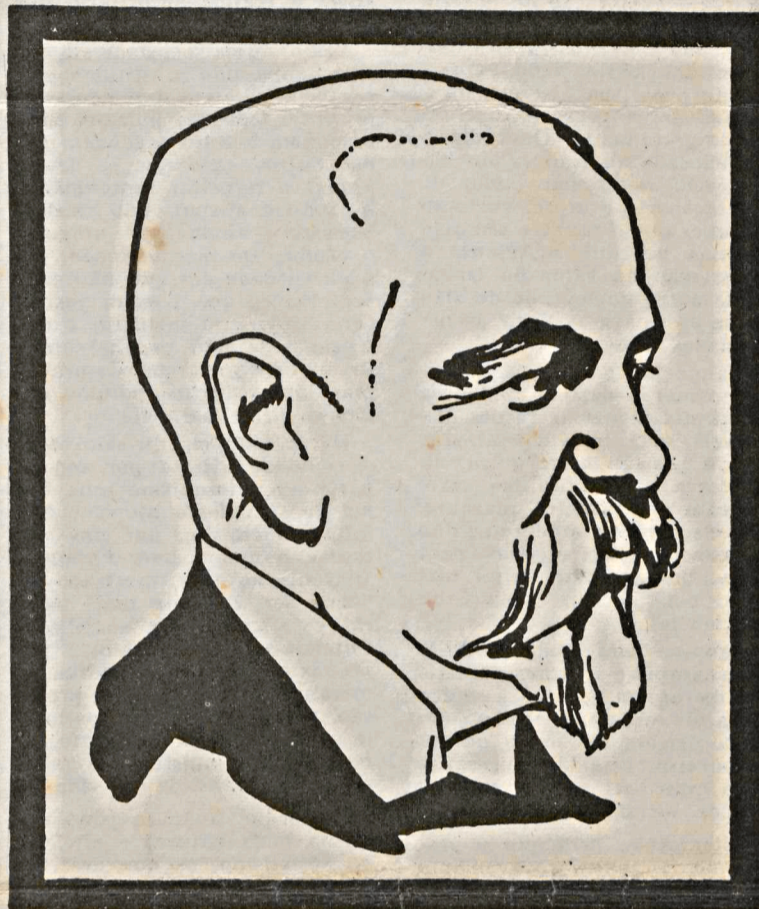
A Revolução ou transformação social é processo que se efectua dia a dia. Já. Acompanhem as fases em que a lógica e a razão vencem. E saibamos todos distinguir de que lado estão as reivindicações justas e aquelas que não passam de vozeria conducente à formação de novos Poderes.

## OS MORTOS ACUSAM

O seu autor é o nosso camarada e assinante António Marcelino Mesquita, jornalista da velha guarda, há muitos anos exercendo lugar de destaque no jornal «República». A sua estadia de 11 anos no Campo de Concentração do Tarrafal, infligiram-lhe graves sofrimentos físicos, mas não lhe abateram as qualidades morais e intelectuais que se mantém, com a máxima dignidade ao serviço das mais lúdimas causas da Liberdade e da Justiça. Acompanhante intemerato da causa libertária, Mesquita colabora em todos os movimentos, dignos do nosso aplauso, como seja a Liga dos Direitos do Homem e outros organismos de solidariedade e de bem-fazer.

O seu último trabalho, «Os Mortos Acusam», é o esforço voluntário e de profunda dedicação humana para denunciar ao mundo os episódios da guerra do Vietname, que constituiu a maior matança dos tempos modernos, organizada por todas as forças reaccionárias tendo à cabeça o governo dos Estados Unidos da América, chefiado por Nixon e ainda hoje disposto a intervir novamente no Camboja.

Por ser obra digna de ser lida e guardada em todas as bibliotecas, gostosamente assinalamos a saída da 2.ª tiragem cujos exemplares podem ser pedidos a «O Século», ao preço de 40\$00.



## FRANCISCO FERRER

Nesta hora de interrogação e esperança em que a Espanha governamental e fascista se apresenta mais negra do que nunca, e apesar das habilidades diplomáticas dos nossos novos Talleyrands (que fariam se tivéssemos fronteiras com o Chile de Pinochet?), a obra antiga do anarquista Francisco Ferrer y Guardia reveste-se de uma actualidade flagrante. Contudo, a ideia sublime do célebre fusilado de Montjuich, vítima do Governo de Maura, e da caterva clerical e possuidora que o rodeava, parece esquecida mesmo por aqueles que tinham hoje o direito e o dever de o recordar.

Ferrer combateu o Obscurantismo e a política ultramontana. Esse combate, pelo qual ele foi eliminado, ainda hoje conserva toda a actualidade. Não o esqueçamos. A Escola Moderna, continua a ser a aspiração pedagógica do momento que se segue ao regime de Franco.

Autodidacta, a sua visão manteve-se sempre acima da mediocre visão dos néscios formados nas Universidades da classe rica. Ele lutou sempre claramente pelo Ensino Racionalista. Não o assassinaram por causa da semana sangrenta de Barcelona que foi apenas o pretexto do Clero para o eliminarem — para com o Homem que obstaculizava a obra negra da Reacção e arrancando-lhe das suas garras o ensino das crianças e a negra influência sobre os adultos.

São de Ferrer as seguintes afirmações que o definem: «Anarquistas, queremos destruir a Sociedade tal como existe, por ser o produto da exploração do homem pelo homem, do privilégio dos governantes ou do direito do mais forte. Acertas, não admitimos, não aceitamos proprietários latifundistas ao lado de famílias pobres, não queremos a existência de herdeiros de fortunas ao lado de herdeiros da miséria.»

1909, 1936, 1975 — três datas em que o nome de Ferrer deve ser uma bandeira da Revolução que se avizinha.

# ANARQUISMO

## — o mito e a verdade

Que é o anarquismo? Para muita gente, o culto da desordem e da indisciplina. O terrorismo, a bomba, a bala. No entanto, segundo uma definição clássica «a anarquia é a expressão mais alta da ordem». Como explicar tal contradição?

Anarquista é todo aquele que crê que a exploração do homem pelo homem só terminará quando as leis e as instituições deixarem de existir como expressões do poder, para serem substituídas por formas conscientes de comportamento. Quer dizer: na sociedade anárquica, um homem não rouba por temor de ser descoberto e preso, mas sim por saber que o roubo é um acto vil, uma vez que representa a apropriação do valor do trabalho de outro homem, ou de algo que se destinava a suprir as necessidades desse homem.

Quando os naufragos, perdidos no mar, repartem cuidadosa e equitativamente as rações disponíveis, sem tirarem vantagem da sua posição hierárquica, da sua força ou até do seu sexo, praticam a verdadeira anarquia. Estabelecem uma ordem que não se baseia em leis escritas, nem em nenhuma ordem social corrente, pois decorre apenas da consciência!

Logo — e será bom repeti-lo — a anarquia é a expressão mais alta da ordem, pois é a única forma de ordem que não tem a sua origem no medo ou no preconceito, mas sim na satisfação espiritual e na responsabilidade social.

Voltemos ao princípio e procedamos à contraprova. Como explicar que a anarquia seja vulgarmente tida como expressão de desordem, e não de ordem? Primeiro, pela própria interpretação (errada) do termo. «Anarquia», ou «acracia», é a inexistência de uma classe dominante, e logo de uma classe governante. Apenas isso. No entanto, muita gente confunde «poder», «domínio» e «governo» com «ordem», e por isso pensa que onde não há quem tenha todo o poder, quem domine, quem governe, terá de haver falta de ordem — terá de haver desordem. Mas isso só é verdade quando o poder, o domínio, o governo não são substituídos pela consciência — pelo sentido das responsabilidades de cada um para si próprio e para todos os homens.

Portanto, os anarquistas procuram, acima de tudo — e contra a opinião vulgar — a valorização humana, o desenvolvimento da consciência, o fomento do sentido da responsabilidade. Em vez de defenderem o Estado, defendem o Homem. Dir-se-á que isso é uma ilusão, uma utopia. Dir-se-á que existem anarquistas associados, individualistas, egoístas — e é verdade. E que existem anarquistas para os quais a violência é a única forma de luta. O que também é verdade. Mas ambos são casos, são formas de extremismo — e o extremismo, por regra natural, só existe enquanto

existem condições extremas na sociedade.

Também sobre este ponto, é importante verificar que muitos dos nossos «extremistas» não são anarquistas conscientes mas simples revoltados, como há em todos os campos, que o Ideal não é responsável por eles, mas sim antes o regime autoritário que os revolta.

Assim, numa sociedade em que a lei tenha sido substituída pela consciência, e em que, conscientemente, todos os homens compreendam quanto dependem uns dos outros, pelo que se devem ajudar e respeitar mutuamente, o individualismo não poderá subsistir — ainda que ninguém o proíba. Do mesmo modo, numa sociedade em que não existam razões que possam justificar — pareçam justificar a violência, esta não poderá subsistir, não porque alguém a proíba, mas simplesmente porque não haverá lugar para ela.

Ilusão, utopia, dir-se-á. Será — como se afirma por toda a parte — o anarquismo uma forma de socialismo utópico? Não faltará quem diga que sim. Mas esse é o maior erro. Porque o anarquismo tem mostrado — e bem — ser a forma mais natural e eficiente do socialismo. Entenda-se por «eficiente» não apenas o que traduz rendimento mecânico, numérico, de produção, mas sim — e principalmente — a satisfação do conjunto das necessidades espirituais e materiais — a qualidade da vida.

E, porque o anarquismo é a forma mais natural e eficiente do socialismo, os que detêm o poder ou o cobizam, sejam quais forem os seus interesses e a sua ideologia política, tudo têm feito para destruir as experiências anarquistas e para ocultar os seus resultados, mantendo a convicção de que o sistema anarquista é utópico.

A Comuna de Paris, em 1871, foi anarquista. Foi eficiente — e, por isso, depois de afogada em sangue e fogo, foi riscada nos manuais de História. A revolução mexicana de 1911 foi anarquista, inspirada pelos irmãos Magons — um dos quais viria a morrer misteriosamente numa prisão americana. Quem fala hoje nisso? O grande levantamento do Exército francês, em 1917, foi instintivamente anarquista — e foi ele que permitiu à França e aos seus aliados obter a vitória, pela substituição da disciplina imposta pela disciplina consciente. Quem o sabe hoje? A Ucrânia foi anarquista de 1918 a 1921, sob o impulso do camponês-guerrilheiro Nestor Makhno, e nesse tempo não só derrotou os exércitos russos brancos dos generais Denikine e Nrangel, — numa campanha que depois inspiraria «Che» Guevara — como também estabeleceu um sistema económico e administrativo muito mais eficiente que o dos bolcheviques. Quem lembra hoje a «makhnovichina»?

Acrescente-se o sistema autogestionário, baseado nas ideias

anarco-comunitárias de Diego Abad Santillan, estabelecido na Catalunha durante a guerra civil, e depois transmitido a outras regiões espanholas, o qual teve mais de um milhão de aderentes, e que, tendo dado as melhores provas, veio a ser esmagado pela intervenção estalinista. Depois do que, todos aqueles que intervieram na guerra de Espanha, fosse de que lado fosse, tudo fizeram para que a experiência fosse esquecida.

Mas Emma Goldman — uma mulher que vivera a revolução russa, que conhecera Lenine de perto, — disse então: «Ainda que Franco extermine todos os anarquistas, a ideia que lançaram continuará a viver». A ideia a que Emma Goldman se referia era a autogestão, como forma prática e imediata de pré-anarquia. Curiosamente, seria um homem que lutara do terceiro lado — do lado estalinista —, Josef Broz, «Tito», que, desiludido, viria a reconhecer a autogestão como fórmula ideal para o seu país, a Jugoslávia. Alguns dirão que a autogestão jugoslava está longe de ser perfeita — com alternativas de autonomia pré-anárquica, e de dirigismo estatal, passando pelo neo-capitalismo. Mas a ideia continuou e continuará a viver. O anarquismo não é um mito. Não é uma utopia. É um sistema realizável. O mais humano dos sistemas — ainda que o mais incompreendido.

SIDÓNIO GOUVEIA

## Construção

O Homem fará o Mundo com as suas mãos.  
O Homem saltará aos olhos do Poeta que ceder.  
O Homem caminhará para a frente com gente consciente e igualmente o Homem vencerá com amor sem dor de Liberdade e sem vaidades.  
Depois eu grito:  
O Homem é igual ao Homem.

JÚLIO DE CASTRO

(Almada)

## Que democracia?

Com a devida vénia, transcrevemos do vespertino de Lisboa, «A Capital», de 27-1-1975, o seguinte artigo da autoria da nossa camarada e digna escritora Natália Correia:

Leio no «Movimento», boletim informativo das Forças Armadas: «Não podemos pôr em causa o processo revolucionário e a democracia por excesso de democratismo.» Ora o conceito de democracia, nas suas variantes burguesa e popular, tornou-se camaleónico. E neste ponto de recomeço em que se encontra a vida nacional é imprescindível que, a partir de todas as forças propulsoras do ressurgimento sejam inequivocamente clarificadas.

Não é o que acontece. Uma grande imprecisão ideológica ressalta da terminologia dos porta-vozes do M.F.A. que durante o «período de excepção» reivindica o controlo do processo revolucionário. Por vezes colhe-se a impressão de que a democracia que se quer construir designa uma tímida revolução democrático-burguesa em que a participação activa das massas trabalhadoras não afecta a base do sistema, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. Outras vezes a democracia parece significar revolução social no decurso da qual se cerra a unidade da classe trabalhadora na luta sistemática pelo desprendimento das formas do poder capitalista.

Poder-se-ia abonar esta ambiguidade com a justificativa de que a verdadeira competência para definir na prática o que será a democracia em Portugal caberá às forças políticas que, através das eleições, conquistem a primazia. Mas o mesmo artigo inserido no boletim informativo das F. A. não nos deixa dúvidas sobre a menor capacidade das eleições para solucionar os grandes problemas nacionais, pois aí se declara que a definição das linhas políticas e a reformulação do Governo são atribuições do M.F.A. cujos órgãos revolucionários reclamam a direcção do processo revolucionário. Sendo assim estes já sabem as linhas que coserem as suas directrizes e dão-nos o direito de lhe exigirmos uma mais nítida explicitação do conteúdo da democracia que pretendem construir. Concludente é, pois, que se dê maior transparência ao que se entende por «excesso de democratismo».

A nebulosidade da expressão dá lugar a certas especulações das quais a menos simpática é a que parece ser mais evidente: o sacrifício das liberdades que não colaborem com a democracia tal como ela é intencionada pelos órgãos revolucionários do M.F.A. Outro passo do mesmo artigo vem de resto corroborar esta implicação: «Deveremos igualmente ser firmes para impedir que a liberdade seja usada contra a democracia...»

Esta noção de uma democracia amputada de certas liberdades que possam usurpar o seu maneio a uma central dita revolucionária ajusta-se a modelos que já demonstraram abundantemente a sua incapacidade para levar a bom termo o progresso dos povos. As últimas e mais frescas vozes revolucionárias irrompem de um rescaldo de esperanças queimadas pela falência das revoluções parcelares que só subsistem pela força de um autoritarismo que não está disposto a abdicar dos privilégios que o poder lhe confere. Que nos dizem estas vozes intérpretes de uma emergência histórica criadora de uma nova

essência revolucionária? Que o projecto de liberdade individual foi pervertido pelo liberalismo que lhe deu forma; que a esperança da liberdade colectiva foi gorada pelo socialismo que a hasteou; que a aspiração do homem total foi atraçada pelas ideologias marxistas que a encareceram. Quaisquer destas ilusões fizeram cair nos ardis do poder as liberdades que prometeram.

O que nos entristece é ver esta comitiva de projectos revolucionários falidos chegarem a Portugal como se na sua pomposa embaixada trouxessem o exótico elefante que impressiona os saloios. O que nos causa apreensão é vermos os novos directores do processo revolucionário falarem pelo manual de «ismos» que desde há muito apresentam a lividez da necrose. O que nos confrange é reconhecermos que a «disponibilidade para começar tudo de novo» está a ser aproveitada pela tendência nacional dos «cinquenta anos de atraso» que quer actualizar em Portugal processos que noutros pontos do mundo entrarem em decomposição.

Não desdenhemos porém o valor dos factos concretos. Estes, com a sua carga sombria de atribuições económica, não permitem para já transformações substanciais na sociedade portuguesa. As reformulações socio-económicas não podem ser radicais, o que obsta a que no seio da «disponibilidade para começar tudo de novo» se implantem no imediato os processos económicos inerentes a uma verdadeira revolução social não controlada por um aparelho burocrático-autoritário. Essa disponibilidade representa porém um campo potencial para efectivar ulteriormente uma revolução nesses moldes se receber desde já os estímulos de liberdades que propiciem a autonomia dos meios de luta dos trabalhadores e a liberdade dos indivíduos para exercerem sobre o Governo uma pressão constante e categórica.

Nesta ordem de ideias a transformação em curso a que se dá o nome de processo revolucionário terá de compreender como factor de primeira grandeza a garantia das liberdades que dêem passagem às modificações que irão formando o corpo de uma revolução que não institua novos meios de domínio. Não se pode construir essa ponte se os seus alicerces forem envenenados pelo medo do excesso de democratismo. Para a erguer todo o democratismo é pouco.

Não é realmente animador, numa atmosfera que começa a estar tão carregada de apreensões sobre o conteúdo da democracia que nos está reservada, usarem os que têm a força para a realizar uma linguagem que deixa no ar a imagem de um poder mais autoritário do que democrático. Não é nada animador e muito menos para aqueles que, por antigas e idênticas razões, estão, por hábito e vocação, esta sim revolucionária, determinados a não fazer bom ambiente a qualquer ditadura e a maquievelmente carrilado pelo Revolução. Se o coaxido de algumas rãs aclama este truque não é com tal retórica de charco que se fará um País novo.

## VOZ ANARQUISTA

MENSÁRIO

Director:

FRANCISCO QUINTAL

Propriedade do

GRUPO LIBERTÁRIO DE ALMADA

Redacção e Administração:

ALMADA — Apartado N.º 52

Composição e impressão:

F. M. A. & NOVAIS, LDA. — RIO MAIOR

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas: para Portugal por recibos à cobrança e para Ilhas Adjacentes e Estrangeiro por vales do correio, cheques ou por moeda corrente, sendo os vales nominais dirigidos a

VOZ ANARQUISTA — Apartado 52 — ALMADA

Para Portugal e Ilhas Adjacentes:

10 números ... 35\$00 — 20 números ... 70\$00

Para o Estrangeiro:

10 números ... 50\$00 — 20 números ... 100\$00

# Comunismo Libertário

(Tradução livre e adaptada por Anarkus — Edição da Federação Anarquista da Região Portuguesa aderente à F.A.I., em 1933).

Uns homens audazes, impacientes, antecipando-se aos seus camaradas, proclamaram nalgumas vilas de Espanha este novo regimen, tão utópico para os actuais governantes, como o foi para os de então a república que Galán implantou em Jaca. Os de Llobregat (1) conseguiram pôr num plano de mais flagrante actualidade a finalidade que procura atingir a Confederação Nacional do Trabalho, a qual, num prazo que todos nós cremos breve, saberá realizar este regimen que outros o julgam quimérico (2).

É uma afirmação gratuita tudo quanto se tem dito contra o comunismo libertário, e que é impossível praticá-lo. Efectivamente, tudo é impossível de se praticar até o momento próprio em que se pratica. É a história de todas as inovações e de todos os aperfeiçoamentos, o processo da evolução científica, social e política da Humanidade. A eterna luta entre os percursoros e os retardatários.

Primeiro, uma aclaração: O Comunismo não precisa de apelar-se libertário senão para se distinguir do outro Comunismo, do que se oferece a conquistar o poder, como um programa político mais e como uma subversão completa da vida social. Este comunismo de Estado é compatível com o exército, com a magistratura e a burocracia, e com a divisão da sociedade em duas castas: a que manda e a que obedece.

Este Comunismo é mais um sistema político que não faz excepção do que vamos dizer da organização de base política.

Ao contrário, o Comunismo Libertário é a organização da sociedade à base económica.

Para que se destaque mais a oposição entre a organização à base política e a organização à base económica, vamos apresentar em confronto as suas características:

## ORGANIZAÇÃO À BASE POLÍTICA

1.º Considera o povo em minoridade e incapaz de reger-se sem a tutela do Estado.

2.º O Estado possui toda a iniciativa. Na economia, no ensino, na administração da justiça, na interpretação do direito, no fomento da riqueza e na organização de todas as funções.

3.º O Estado tem nas suas mãos a força (exército, polícia, magistratura e cárceres), o Povo está indefeso, desarmado, o que não impede de lhe chamar soberano.

4.º Os homens agrupam-se segundo as ideias políticas, religiosas e sociais. Quer dizer, os pontos de coincidência são mínimos.

5.º O Estado, que é uma minoria exígua, pretende ter mais acerto, capacidade e sabedoria que as diversas colectividades sociais, «Um sabe mais que todos».

6.º O Estado, assentando uma norma fixa dum vez para sempre (Constituição ou Código), compromete o futuro e falseia o vital, que é múltiplo e variante.

7.º O Estado reserva tudo. Ao povo só resta pagar, obedecer e produzir.

O Estado diz: «Dai-me o poder e fá-los-ei felizes».

8.º Divide a sociedade em duas castas: os que mandam e os que obedecem.

9.º Só conhece ficções: de liberdade, de justiça, de soberania, de democracia, de autonomia, etc., afim de manter sempre vivo o fogo sagrado da ilusão política.

10.º O progresso e a evolução social conduz o Estado, das suas formas absolutistas e despóticas, para o seu desaparecimen-

to. Dissimula e envolve as suas prerrogativas, para terminar em perdê-las pouco a pouco, à medida que se desenvolva a consciência individual e de classe.

11.º Na organização à base política, a hierarquia aumenta para o vértice. Por cima do Povo estão os seus representantes, e por cima destes, o Governo.

## A ESTRUTURA SINDICAL NA ORGANIZAÇÃO À BASE ECONÓMICA

A única organização existente em Espanha criada à base puramente económica, à margem do Estado e em oposição ao jogo político, é a Confederação Nacional do Trabalho. Os seus quadros estão dispostos para servir de molde à organização económica da vida espanhola (3). Só aos seus adversários sistemáticos têm passado inadvertida a perfeição notável alcançada pela sua estrutura sindical.

## ORGANIZAÇÃO À BASE ECONÓMICA

1.º Sendo cada organização profissional apta para organizar os seus assuntos privativos, dispensam o Estado.

2.º A iniciativa passa para as organizações profissionais. O controle do ensino, aos professores, o da sanidade aos higienistas. O das comunicações, aos técnicos e empregados. O regime interno da fábrica estabelecê-lo-ão os técnicos e operários reunidos em Assembleia.

3.º A força volta à sua origem. A cada agrupação a dá os seus componentes. Cada indivíduo defende a sua independência com uma espingarda.

4.º Os homens agrupam-se pela identidade das suas preocupações e necessidades. Os pontos de coincidência são máximos.

5.º A Assembleia reúne em si o máximo de acerto, de capacidade e de sabedoria naquilo que profissionalmente lhe incumbem: **Todos juntos sabem mais do que um.**

6.º Na organização económica, a norma da conduta a seguir decide-se em cada momento de acordo com as circunstâncias.

7.º A falta de redentores, cada um deve procurar ordenar os seus assuntos. «A nossa felicidade depende de vós próprios».

8.º Todos os cidadãos se nivelam na categoria de produtores. Os cargos são administrativos, temporários, e não dão direito a eximirem-se à produção.

9.º É a realização prática da liberdade económica, que é fundamental. Realiza a democracia, quer dizer, «o governo do povo pelo povo». Realiza o Federalismo, reconhecendo a máxima soberania a cada entidade de produção e a cada ofício.

10.º A evolução leva as colectividades profissionais a um auge de aperfeiçoamento crescente. Da defesa do interesse egoísta do indivíduo passarão a capacitar-se para aceitar a responsabilidade do seu papel social.

11.º Na organização económica, a hierarquia aumenta para a base. Por cima do comité está o conselho de Delegados, e por cima deste a Assembleia.

A classe de trabalho e a diátria convivência no mesmo é o que fundamentalmente une os indivíduos. Os trabalhadores associam-se em cada fábrica, em cada oficina, ou outro lugar de trabalho, constituindo uma agrupação autónoma, que é a célula sindical, a unidade gremial. Estes agrupamentos, reunidos entre si, formam a secção dentro do Sindicato, capaz de reger-se e de bastar-se a si própria. As secções reunidas pela mesma identidade profissional, constituem o Sindicato de Indústria, que mantém relações

POR ISAAC PUENTE

federais com os sindicatos da mesma indústria, dentro do concelho, do distrito, da provincia e da nação. Os vários sindicatos duma localidade constituem a Federação Local de Sindicatos (Câmaras Sindicais do Trabalho), organismo supremo da localidade, que pode abarcar todas as actividades do município. A Federação Local rege-se por um Conselho, no qual se integram representantes dos diversos sindicatos constituídos: mas as suas funções são delegadas pelo Pleno local (reunião das direcções dos sindicatos) e da Assembleia Geral de todos os produtores da localidade, sendo esta assembleia a que assume toda a soberania.

As Federações locais relacionam-se federativamente entre si, dentro do distrito, e estas dentro da provincia, assim como a provincia dentro da nação. Mais além da localidade, as assembleias são substituídas pelos Congressos; reunião de delegados de todas as entidades organizadas, que estabelecem normas, conferem ou retiram atribuições e harmonizam as necessidades gerais.

Uma larga experiência permitiu podar a organização dos seus defeitos, imunizá-los contra os perigos autoritários: do a burocracia — pessoal especializado numa função que vive parasitariamente —, que se evita pela distribuição do trabalho e a não centralização das funções, e o abuso do Poder pelos Comitês; frente a este perigo estabeleceu-se o mandato curto, a fiscalização das Assembleias, que se tornam frequentes, o mais possível, para restringir as atribuições delegadas aos Comitês.

Há uma grande diferença entre o representante político, eleito por votação para representar um sector de opinião, e o delegado sindical, eleito por um sindicato ou uma entidade gremial para defender as suas decisões. O primeiro atende ao seu particular ponto de vista, independente de quem o elegeu, e expõe e defende a sua opinião particular. O delegado sindical num Congresso não tem opinião pessoal, mas o dever de expor e defender a acordo tomado pelo Sindicato que o nomeou, ao qual há-de dar conta do seu mandato.

## ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO EM REGIME COMUNISTA LIBERTÁRIO

O poder do Estado destrói-se dissolvendo-se os seus órgãos de força (exército, polícia, magistratura e prisões, etc.). O Poder volta à sua fonte de origem: o indivíduo, reduzindo-se à força, astúcia e à sabedoria de cada um, dentro das diferenças com que nos dota a Natureza. A organização mais forte será a que reúna mais indivíduos e a que mais interesses englobe. Na organização sindical dos produtores, cada indivíduo defende com o interesse colectivo, o seu particular. Cada indivíduo defende a sua independência com uma espingarda. O retorno ao Poder político evitá-lo-ão os grupos anarquistas, constituídos em milícia anti-autoritária.

Derruido o poder organizado, todos os privilégios assentes sobre ele derruirão também. Anula-se o direito de propriedade destruindo-se as escrituras e registos. Desvaloriza-se o dinheiro por si próprio ao tornar-se inútil, para a aquisição dos artigos de consumo. O outro reservar-se-á para as necessidades do comércio exterior. Mediante a força que lhes prestam os seus sindicatos, os sindicatos apoderar-se-ão dos meios de produção (fábricas, ateliers, terras, vias de comunicação, máquinas, etc.).

Todo o indivíduo (salvo a criança, até os catorze anos; o

velho, a partir dos cinquenta e cinco e o enfermo), se quer ser consumidor, terá de ser, ao mesmo tempo, produtor. Para ter o direito de consumo nas cooperativas, nas secções de distribuição nos sindicatos ou no armazém comunal, há-de demonstrar a sua qualidade de produtor mediante a caderneta sindical, na qual, em lugar das suas cotizações, a secção ou o sindicato a que pertence fará constar os dias de trabalho. O consumo será livre, senão quando a escassez dum artigo obrigue ao seu racionamento.

Serão objectos de consumo livre: o alimento, o vestuário, a habitação, o ensino em todos os graus, assistência médico-farmacêutica, as comunicações, a água, a luz eléctrica e o combustível.

Cada profissão ordena a jornada e a forma de trabalho, o número de membros, etc., de acordo com as resoluções tomadas em Assembleia, e que pode ser reformado quantas vezes seja necessário. Cada sindicato ordenará os seus assuntos e funções privativas, procurando o maior benefício colectivo e a máxima eficiência da sua função. O ensino, os professores, a sanidade, os sanatórios; a habitação, os técnicos e os operários da construção, madeira e ferro; a ganadaria, os veterinários e os ganadeiros; a riqueza florestal, os agrónomos e os agricultores de cada termo; a produção agrícola, a secção de agricultores e ao Sindicato da Alimentação; e em suma, cada coisa será ordenada pelos próprios interessados constituídos em Assembleia.

Livre iniciativa e livre disposição. Autonomia sindical. Não existe mais legislação que a regulamente. Aquela que se aceita e acorda em comum, a conduta moral é imposta pela coacção moral, e as censuras e apreços dos companheiros daquele que abuse da sua liberdade invadindo a liberdade alheia. Não há necessidade de juizes nem de castigos.

Não existe qualquer limite ao direito de associação e de reunião, sendo possível todas as iniciativas (culturais, educativas, artísticas, de investigação científica, de trabalho livre, de cooperativismo, etc.).

O ingresso nos sindicatos é livre, sem outra condição além de ser produtor na profissão a que o sindicato pertença.

O trabalho indispensável para atender às necessidades do consumo terá de ser obrigatório, controlado pela organização sindical. Executado pelo máximo de indivíduos, no objectivo de empregar o mínimo de jornada e o mínimo de esforços, mediante a aplicação do progresso no maquinismo e na organização industrial.

Mas a produção não necessária, como a não indispensável, será executada livremente por aqueles que tenham vocação e gosto para realizá-la, depois de cumprida a jornada obrigatória. Na medida que essa produção abasteça as necessidades, poderá ser diminuída à produção controlada. Sobre o trabalho livremente aceite, fruto da afeição da aptidão e da virtuosidade artística ou científica, assim como sobre as associações espontaneamente nascidas, edificar-se-á a sociedade anarquista, que o sindicalismo aspira a proporcionar.

A distribuição será acordada pela secção de empregados de distribuição dos sindicatos que necessitam estabelecê-la, como o da Alimentação, Vestuário, Artes Gráficas, etc..

Nem na produção nem no consumo é possível fixar uma norma constante. Em cada momento e circunstância, deliberar-se-á e modificá-la-ão, segundo os próprios interessados. A característica do Comunismo Libertário é, precisamente, o

respeito da espontaneidade. Nada há mais elucidativo do que a experiência, e esta tornará possível o aperfeiçoamento, assim como a generalização do sistema que represente a melhor solução. Nenhum indivíduo adopta num dia, a conduta para um ano, mas cada dia estabelece-a em harmonia com as circunstâncias.

Um regimen perfeito deve ser variante, evolutivo, como a própria vida e como a Natureza.

A estrutura sindical da Confederação Nacional do Trabalho serve de raiz à nova forma de organização que subverte a rotina da organização burguesa.

Apresentamos um esquema da estrutura sindical que mostra a forma de organização do trabalho obrigatório e do consumo controlado. (Vid. mapa incluso).

As belas artes, os espectáculos públicos, a investigação científica, a ornamentação e toda a produção artística estarão à margem desta organização, à mercê do entusiasmo dos seus cultivadores e da protecção que lhes dispensem as colectividades (4).

## CONCLUSÃO

O Comunismo Libertário não é arte, como a Política (5) (Arte de encurralamento, de escamoteio de problemas) senão uma raiz para que se organize a sociedade espontânea e livremente e para que a evolução social se opere sem desvios artificiosos.

Para isso nivela todos os cidadãos na única categoria de produtores-consumidores, só com as diferenças naturais: as de aptidões para produzir e as de necessidades para consumir. Desaparecem o privilegiado e o miserável. Ao aumentar o número de braços e mobilizar-se toda a riqueza social, a produção acresce em maior medida que o que aumenta o consumo ao dar a todos a maior capacidade de consumo.

Toda a dificuldade do problema económico está em produzir-se mais do que se consome. Esta é a tarefa dos Comitês de estatística e da organização confederal.

O Comunismo Libertário é o respeito máximo da vontade popular, constatada e manifestada nas Assembleias, nos Comícios e nos Congressos. A colectividade deve ter sempre livres as mãos para mudar de tática e de rumo.

A participação de todos nos assuntos públicos capacitará rapidamente os indivíduos para a vida livre assim como agora os educam na renúncia e no gregarismo. «A função cria e desenvolve o órgão».

O Comunismo Libertário não precisa de definidores, nem de chefes, nem de intérpretes. A iniciativa e o rumo decide-os sempre a Assembleia. A todos nos toca o cuidado de ordenar a nova vida.

Nota dos Editores — Este folheto foi primeiramente editado em Espanha pelo Sindicato do Ramo do Vestuário de Madrid. Já tem duas edições, distribuídas grátis.

(1) Llobregat, é uma região mineira da Catalunha que os seus habitantes, em Janeiro de 1931, se rebelaram, e durante cinco dias viveram em comunismo libertário, demonstrando quão prática é a sua organização social para as ansias de vida dos nossos tempos.

(2) Como a nossa Confederação Geral do Trabalho procura atingir o mesmo objectivo da C.N.T. de Espanha, o pensamento do autor adapta-se esplendidamente à actualidade sindical e libertária portuguesa.

(3) Se nos reportarmos à organização económica que uma Revolução de carácter libertário em Portugal colocará como necessária, podemos, como o autor, referirmo-nos assim à nossa

(Continua na pág. 4)

# Os caminhos do Socialismo

Falar de uma coisa não significa desejá-la nem sequer muitas vezes conhecê-la. O Socialismo é uma doutrina e quando materializado no seu idário é um sistema. Pode parecer uma verdade de «La Palisse» mas é assim e por mais astúcia ou dialéctica que se use os factos são os factos e não há linguagem, por engenhosa e sortilega que a encubra ou desmereça...

A cultura ou sortilégio da linguagem pode permitir que se fale de qualquer coisa, mesmo que a não conheçamos, mas tal sortilégio só surtirá efeito perante os que tal coisa ignoram ou dos interessados que a ignorância sobre a coisa se mantenha. Quando Karl Marx escreveu a «Miséria da Filofia» como réplica à «Filosofia da Miséria» de Proudhon, celebrou-se perante a celebridade de Proudhon e não pela importância negativa da sua linguagem face à indestrutível dialéctica da filosofia de Proudhon! No mundo burguês a filosofia de Proudhon foi uma bomba que dificilmente obteria réplica. Replacando-lhe Marx celebrou-se pelo seu atrevimento e só a burguesia lhe pode agradecer o que a história e a materialização do socialismo lhe terá que admoestar ou desagradecer? O importante é ter presente que a obra revolucionária de um

Proudhon não se eclipsou ou destruiu, só porque o oportunismo de um Marx teve tão larga e imediata aceitação num mundo de opróbrio, desigualdade e injustiça, que Proudhon pretendeu destruir! O mais engraçado, e aqui está a razão do raciocínio, é que Marx também se apresenta a esgrimir no campo das ideias de um Proudhon e com tal astúcia e oportunismo que pareceu a muita gente que o marxismo seria efectivamente a doutrina do futuro do proletariado e da emancipação social.

Até certa altura da história das lutas sociais as ideias de Proudhon e o marxismo pareceram convergir e até à Primeira Internacional. Embora não houvesse o que se poderia chamar unidade, constituíam sectores de oposição ao sistema capitalista e que de vencida levariam a luta até ao seu desaparecimento se na verdade ambos convergissem no combate efectivo ao seu desaparecimento. Mas tal não aconteceu e a revolução russa praticamente veio trazer um desmentido ao «socialismo científico» de um Karl Marx e provar que o socialismo só na liberdade é caminho conducente à sua materialização.

Há quem confunda socialismo com «Roma» e ainda dizer-

se que todos os caminhos vão dar a Roma não passa de uma laracha, porque em realidade a coisa não é assim. Muito se engana quem supuser ou disser que um mundo de justiça e de igualdade se instaura só porque em teoria o digamos desejar ou defender, mas na prática pactuando com a opressão e exploração do homem pelo homem. O Cristianismo apostolou uma moral que nunca praticou e o resultado da sua doutrinação, se não foi completamente nulo, não foi suficiente para que o homem e o mundo fossem melhores. A explicação do facto deve-se à simples circunstância de teorizarem uma coisa e praticarem outra e quando assim é nada feito, por muito que pese a quem o julgar o contrário.

O progresso material da sociedade tem suas regras, mas o social tem exigências e o moral tem ambas coisas. O caminho do socialismo tem como base todo o progresso moral do homem e da sociedade; ao homem concede-lhe direitos e exige-lhe deveres concernentes com a sua autêntica valorização e a nível de uma possível promoção social; à sociedade dá-lhe o cunho de um verdadeiro somatório de valorização humana. Este o caminho. Os «partidos», alcandorados na culminância do mando, podem arrogar-se o direito de

constituírem caminho, não diremos que o não seja, mas a seta que os orienta indica apenas donde se vem e está em sentido oposto para onde se vai, ou seja: o socialismo!

Toda a revolução industrial do século XIX preliminarou o advento de uma mudança que se não operou. Toda a tecnologia se dá conta que as velhas estruturas do sistema capitalista estão ultrapassadas e este facto e toda uma temática que as condições de vida do industrialismo criaram decidiram de novas fórmulas sociais que se enquadrem nas modernas técnicas da produção e distribuição!

Daqui toda uma apreensão de todos os sectores intervenientes do viver social, circunstância que nos leva a ver voltados para a aquilatação dos problemas socio-económicos desde gerais, jornalistas, professores de qualquer ensino até aos bispos e sacerdotes, enganando as perspectivas de Marx que profectizava que tal tarefa só aos operários e camponeses estaria confiada e que só a sua revolução nos levaria ao socialismo. O facto não nos desnorteia nem nos admira se se considerar que é hoje táctica muito em voga no mundo da política quanto se não possa evitar que se desvirtua ou confunda, tal o que aconteceu com o «nacional socialismo» alemão, «nacional sindicalismo» espanhol e quejandos. Pela democratização do mundo se disse que se bateram os aliados em todas as guerras mas especialmente na de 1939, no entanto o que menos resultou dessa infernal sangria foi democracia, o triunfo das liberdades fundamentais, o respeito pelos direitos do homem! Sabe-se que até ao socialismo vieram figuras dos mais altos sectores da vida social, mas isso de modo algum significa que as ideias socialistas objectivamente sirvam ou agradem aos sectores dirigentes ou privilegiados da sociedade burguesa.

Enquadrar-se numa doutrina, agir no sentido de a materializar é mais alguma coisa que falar nela e a transformação da sociedade em moldes socialistas, embora seja a perspectivação mais sólida da humanização da vida universal, é uma ameaça a todo o privilégio e por natureza favorável à grande maioria desprotegida e ameaça incontestável aos privilegiados do mundo capitalista ou burguês. A liberdade como condição determina a igualdade como resultado, mas os que se deixam caracterizar ou vencer pelas arremetidas do mundo burguês estarão anulados para servir o socialismo. Não importa que possa estabelecer-se uma graduação, dir-se-ia mesmo até ao infinito, da grande média e pequena burguesia, o que conta, no sentido da transformação, é o sentido de vida que nos leve a um viver diferente e arraste implicitamente o homem e a sociedade a condições sociais que se identifiquem com o que,

na realidade, se chamou socialismo.

Na interpretação do socialismo figuram conceitos que se contradizem, mas todas as contradições cabem ou podem ser cobertas por duas fórmulas fundamentais do Socialismo: Socialismo Libertário e Socialismo Autoritário. Quando Lerrau pela primeira vez falou de socialismo fê-lo de uma maneira imprecisa, vaga, querendo apenas distingui-lo do individualismo burguês e sem aquela definição rigorosa que depois de Proudhon e seus seguidores viria a ter, mas todavia mais destinto com o advento do de K. Marx que lhe dá inconfundivelmente uma feição centralista ou autoritária, ainda que com o disfarce de científico. É a partir de agora que o socialismo se irá propagar como sistema de viabilidade imediata, mas é também quando surge a primeira cisão das correntes revolucionárias que se propunham levar a efeito a revolução social. O marxismo só em teoria e no campo da filosofia da história e da dialéctica materialista pôde ser uma inovação, mas no domínio da emancipação do proletariado só escolhos representou e culmina com a sua acção catalizadora por inquirir completamente o verdadeiro sentido da revolução social!

Fala-se hoje de socialismo nos meios mais diversos mas não se lhe dá o sentido que este realmente teve a partir do primeiro quartel do século passado até à „Internacional ou Comuna de Paris, ou que lhe deu especialmente Bakunine, Fanelli, Lorenzo e tantos outros.

De resto o próprio socialismo de Marx e de Engel estava longe de ser o socialismo que hoje se discute entre gerais, bispos ou catédricos, embora essa degenerescência esteja implícita ou se deva ao «cientifismo» com que Marx e Engell quiseram distinguir o seu socialismo do socialismo libertário dos anarquistas de todo o Mundo. O importante de tudo isto é a confusão que se estabelece em presença da acuidade do problema social e especialmente nos países subdesenvolvidos e que armados para aceitar ou repelir a tutela desta ou daquela Potência se vejam alentados na ingenuidade dos seus propósitos por uma demagogia tão habilmente desenvolvida, intercalada com palavras e conceitos que no seio das massas espoliadas sem experiência nem cultura revolucionária se distraem e embasbacam perante debates que além de apenas servirem para treinos ou ginástica fraseante podem ainda baralhar e confundir quantos não estejam advertidos e estejam sinceramente impregnados não só de desejo mas da crença que o mundo precisa ser diferente e para o socialismo caminha o progresso da sociedade!

Emiliano Bastos

## Comunismo Libertário

(Continuado da pág. 3)

Confederação Geral do Trabalho.

(4) Este princípio de obrigação à produção para todos é inseparável do comunismo libertário. Tão arreigado se encontra nos anarquistas o ódio à burocracia que a Conferência Anarquista Portuguesa realizada em Junho de 1932, admitindo que o período revolucionário se-

ja prolongado, e obriga as forças revolucionárias a grandes estágios em campanha, deliberou: «...armando-se os voluntários válidos para o exército insurreccional, que serão ainda elementos de produção. Para a sua manutenção procurar-se-á trabalhos adaptáveis quando concentrados».

(5) Como neste capítulo o autor aborda a organização eco-

nómica, não se refere ao que serão as colectividades para o fomento das artes e da cultura. Kropotkine é magistral sobre este assunto na «Conquista do Pão».

(6) Política, para os anarquistas, é como diz Benoit Malon «a ciência da produção e da distribuição», acrescentando a da harmonia das capacidades e das necessidades.

	Sindicatos	Secções	Células	Distribuição
Federação Local de Sindicatos (Câmara Sindical do Trabalho)	Alimentação	Moagem — Panificação Carnes e Peixe Lacticínios e derivados	Fábricas e padarias Matadouro e frigoríficos Granjas, vacarias, confeitarias e anexos	Armazéns e postos de distribuição. Talhos e postos Postos ambulantes
	Vestuário	Hortalças e frutas Indústria têxtil Couro e Peles Confecção	Hortas Fábricas de tecidos Curtiduras Alfaiates, chapeleiros, sapateiros e similares	Armazéns
	Construção	Arquitectos e técnicos Pedreiros e Canteiros Carpintaria Pintores	Edificações e pavimentações Obras e oficinas	
	Artes gráficas	Tipografias	Imprensas de jornais, editoriais, fábricas Escolas, Universidades, Internatos	Livrarias e papelerias
	Ensino	Lentes e professorado Médicos e praticantes Dentistas Farmacêuticos	Visita domiciliária, Hospitais Gabinetes Laboratórios	Farmácias
	Sanidade	Enfermeiros e demais pessoal Engenheiros técnicos Correios Ferroviários Telégrafos e telefones Transporte Marítimos e fluviais (1)	Hospitais, Sanatórios, etc. Construção e reparação Distribuidores e ambulâncias Via, tracção, movimento e oficinas Centrais e redes Tracção animal e a motor Barco, fragata, cabotagem, etc.	
	Comunicações	Técnicos Minas e altos fornos Maquinaria Manufatura	Indústrias e minas Cantões e fábricas	
	Metalurgia	Técnicos Quedas de água Térmicos Térmico-eléctricos (1)	Fábricas Peritos agrícolas, veterinários Explorações Granjas	Intercâmbio
	Camponeses Rurais	Técnicos Agricultura Ganaderia		
	Força motriz	Técnicos		
Offícios vários (Sindicatos mistos)				

(1) Para completar este quadro muito havia que pormenorizar, já porque é um trabalho de propaganda para ser a todos acessível, permitimo-nos introduzir o que está marcado por o julgarmos indispensável. (O tradutor).

## Quem nos governa?

Mesmo a base da ideia autoritária é absurda e contraditória. Parte do princípio de que os homens são incapazes de se governarem por si próprios, e quem os guie, de quem os oriente na vida. Mas quem são esses orientadores, esses seres privilegiados, que, ao contrário dos outros, têm a faculdade de não só saberem orientar-se a si mesmos, mas de serem capazes de orientar todos os outros?

Como se descobrem? São esses outros, que os escolhem? Mas neste caso, a escolha poderá ser errada, visto que se partiu do princípio que eles são incompetentes e incapazes de se gover-

narem! São os próprios privilegiados que se escolhem? Nesse caso, terão mais probabilidades de triunfo os mais audazes, os mais vaidosos, os que estupidamente se consideram os melhores do mundo. Mas abstraído destes raciocínios, supondo que foram os melhores, que se instalaram nas cadeiras governamentais, — isso não é motivo de tranquilidade.

É que a história prova que a permanência no poder corrompe os indivíduos.

ADRIANO BOTELHO

(Ext. de «Ao Povo Português»)

# Humanismo

# A ANARQUIA

«Com humanismo me sinto valioso... Hoje em dia, para triunfar é necessário humanismo; o humanismo é a obra defensiva mais eficaz, e por meio da qual se salvarão os homens».  
Romain Rolland

Apesar do meu uso e do desvirtuamento dado ao humanismo, é sem dúvida esta ideia um elo importante, e se encarado a sério, e for ajustado aos dias de hoje, pode perfeitamente dar a Paz à Humanidade.

Claro que todas as boas ideias têm acabado desvirtuadas, distorcidas, vilipendiadas, e até ridicularizadas. Os conflitos, de desigualdades e de guerras não são as mais numerosas mas são as que dispõem de meios financeiros e dos veículos de comunicação e propaganda, ou podem comprá-los! E o que é pior, contam com muitos auxiliares — inocentes úteis — que por necessidades monetárias ou psíquicas, se tornam eficientes e perigosos funcionários duma situação flutuante que cambeia de país para país, de conformidade com os sistemas políticos, sociais e posições geográficas. Suas conveniências estão sempre por cima de quaisquer princípios de consciência, de quaisquer objetivos de paz. Em nossos dias, vemos ditadores (declarados ou escondidos por trás das mais variadas cortinas de fumaça) dizer-se interessados em implantar «regimens humanistas», como se o humanismo pudesse progredir sobre campos de trabalhos forçados, repousar nos alicerces dos cárceres abarrotadas de presos por delitos de opinião e nas campas razas dos mortos pela tortura, nos estreitos cubículos dos manicômios! Humanismo não pode progredir por entre as leis de excepção, com tribunais (militares ou civis) especiais para punir nos moldes cruéis da antiga inquisição!

«Em toda a parte — afirma Herbert Read — o espírito do humanismo é ameaçado pela preocupação da eficiência técnica e entretenimento colectivo: concorrente, multiplicam-se doenças psíquicas que já afligem uma assustadora proporção da população mundial».

Humanismo — em que pese aos que tentam desvirtuar — é uma ideia pura, de liberdade ampla, de igualdade social e política, de Amor Fraternal, de Apoio Mútuo, de Solidariedade Humana, de Paz Mundial, que se opõem totalmente às mesquinhas e estreitas cercas autoritárias do chauvanismo, do patriotismo das nações; humanismo é algo grandioso que não pode ser limitado, senão pelas barreiras do Universo! O mundo tornou-se pequeno diante dos meios e da rapidez de comunicação, o homem está mais perto dos seus semelhantes, e o humanismo, ideia de comunicação, pode atingir rapidamente todos os seres humanos sobre a face da terra!

O extraordinário Herbert Read, em seu livro «A Natureza criadora do humanismo» diz-nos com toda a segurança: «O novo conhecimento psíquico que está agora à nossa disposição ocupa-se como o comportamento humano, motivação, doenças e insegurança do homem e sua tendência geral; após cinquenta anos de paciente pesquisa, ele afirma a antiga sabedoria instintiva. É um novo humanismo, portanto, pode afinal apresentar-se como o velho humanismo escrito em uma nova linguagem».

Dentro de tais perspectivas, humanismo não pode ser implantado por minorias privilegiadas e sacrificadas, quase sempre associados a grupos políticos e financeiros, desejosos de chegar ao poder.

Estes poderes associados não visam estabelecer a justiça por escrever, a justiça da natureza humana e da consciência! O poder é algo que satisfaz o egocentrismo de grupos que só encontra a sua paz entre a guerra de classes e de nações: sua consolidação, bem estar e tranquilidade, na miséria e na desgraça dos outros.

«E o que é pior, são essas minorias que conseguem conduzir as maiorias produtoras famintas de alimentação e de liberdade; são esses pseudos líderes que possuem a mágica de «convencer» que a humanidade não pode atingir a igualdade!

Tem razão o ilustre escritor e abnegado humanista Eugen Relgisx, quando afirma:

Desde já cada um tem que cumprir com seu primeiro dever: enfrentar seu próprio processo de consciência. Isso é mais precioso e mais determinante que qualquer outro «juízo legal».

O outro julgamento pode ser mais eficaz — no sentido do melhoramento ético e social — do que todas as imposições e restrições estatais, as atrocidades e a reacção política, as guerras já declaradas e as em preparação e as «revoluções» que tão pouco têm fronteiras e constituem outras tantas formas de guerra falsamente chamadas «libertadoras».

«Se queres um humanitarismo real — afirma — permanente, progressivo, universalista, praticado em todas as oportunidades, por cada indivíduo, em plena concordância entre a ideia e a acção, entre os interesses vitais do ser humano e os ideais gerais da humanidade. Não um humanitarismo verbal, ostentando em certas solenidades, vazias e ridículas para os que o proclamam, que humilha e ofende aqueles que se encontram presos,

Anarquia: vocábulo escrito com a primeira letra do alfabeto. Ideário de alforria que encerra em si as virtudes máximas. Elogio da Beleza, quer no fundo quer na forma. Estética livre. Fecundidade. Conteúdo são e claro pensamento. O objetivo anarquista é uma resultante consciente e responsável. É moral baseada na felicidade universal. É amor verdadeiro do género humano. É Paz.

O anarquismo não só ensina os homens a serem bons, mas de facto fá-los bons. Pela justiça alcança a perfeição. Ninguém é suficientemente sábio nem excessivamente bondoso que esteja livre de errar ou não se abstenha de fazer o que a sua razão lhe dita e aconselha. A vontade conjugada de cada um, opondo-se ao mal e propondo o bem, facilita a edificação de uma sociedade feliz — a anarquia.

Quem odeia os seus semelhantes não consegue alcançar o grau de humanidade que lhe permite ser racional, isto é, homem. Aquele que ama tudo quanto merece e pode ser ama-

vítimas do barbarismo legal, totalitário, instituído pelo Estado, e vítimas também de sua própria ignorância, de sua cobardia ou do seu fanatismo formentado por falsos condutores, usurpadores do Poder ou mal encaminhados pelos falsos educadores».

Humanismo não pode portanto, ficar limitado aos objetivos dos que pretendiam fazer frente às «explicações divinas da renascença» e tão pouco suportar as restritas e estritas intenções políticas de «líders», que em pomposas solenidades enfatizam ser a meta mais importante de seus governos. Humanismo, é muito mais do que uma solução económica ou política, é uma ideia que estuda a psique do homem, com fins de elevá-lo ao desenvolvimento de todas as potencialidades éticas, culturais, artísticas e profissionais, em todos os campos do trabalho e do conhecimento, numa progressão capaz de a longo prazo, alcançar a imensa amplidão do Amor Fraternal, da bondade em forma de procedimento e de costume, a Paz e a Igualdade social no mundo!

Humanitarismo é ideia capaz de preparar homens «novos» para um mundo novo! Isto porque existe uma só terra, o Universo; isto porque existe um só homem, a Humanidade.

(Cópia fiel do 2.º capítulo do livro: «Violência, Autoridade e Humanismo, de Edgard Rodrigues — Rio de Janeiro).

do, supera-se e assim consegue aperfeiçoar o mundo de que faz parte.

O anarquista não anseia pelo poder pessoal. Condena o Estado e esta afirmação constitui a base principal em todas as suas manifestações. Orienta-se sempre sem tender a governar. Não forja leis. Suprime-as mediante a recta conduta.

Seu processo activo consiste em redimir-se antes de redimir os outros.

Todo o homem generoso quer construir uma Sociedade à imagem da sua maneira de ser e de pensar, ou melhor ainda se é possível. Nada de directores nem de dirigidos.

A exploração imposta pela violência do poder, opõe a rebeldia que é a autodefesa consciente. Cada ser organizado deve ocupar o lugar que lhe compete para que se estabeleça o equilíbrio nas tarefas e labores diários. Só assim se deixa de ser escravo sem que se passe a ser amo de ninguém. Há que criar mentalidades superiores, almas puras que não anjos. Uma ideia que busca a suprema manifestação dos sentidos conscientes, tende às mais sábias e audazes inovações. Lutar pela verdade é conhecer a vida.

Trabalhando e modelando a matéria consegue-se produzir verdadeiras maravilhas. A anarquia é o conceito ético da razão, não apenas a tua ou a minha, mas a de todos. E a conquistá-la vamos todos juntos, unidos. Um ideário como este, de dimensões universais, não pode perecer. É eterno como a natureza, renova-se constantemente.

Dizia-se, num passado assaz recente, mas que vai ficando para trás, inelutavelmente, que a Anarquia era um quimera. Hoje em dia essa quimera é tida como a utopia mais genial descoberta pela ciência do conhecimento e a arte do bem dizer. Mas, com o decorrer do tempo, que ilustra e educa, a doutrina da solidariedade recíproca e o apoio mútuo, fica consagrada como Ciência do Bem. Os operários manuais e intelectuais da anarquia lutam, unidos aos demais seres de boa vontade, para preparar o futuro, não admitindo a vileza estatal que castiga e ofende o homem ou povos.

Ninguém possui completa capacidade para julgar-se superior aos outros. Daí que a ideia do direito individual e colectivo, baseado numa moral sem obrigação, seja a fonte da liberdade.

Todo o indivíduo apto deve trabalhar; e para participar dos benefícios que criou, dentro de um trabalho útil, cada pessoa deve ser laboriosa, criadora. A sociedade acrata não admite a usura nem a especulação, porque a produção dos objectos necessários bastam para cobrir as necessidades da comunidade. Eis a sociedade da autogestão.

As condições de trabalho são estudadas e decididas em reunião de grupo, em assembleias abertas dos sindicatos, das ofi-

cinas ou do município livremente constituído. Unicamente por este método experimental de gestão se chega à federação consentida de organismos iguais em direitos e deveres. Estas federações de trabalho consultam-se para resolverem assuntos relacionados com as comunidades livres propriamente ditas. O intercâmbio de produtos, experiências e conclusões, é realizado mediante a união variada e multiforme. Os princípios da ética anarquista apoiam-se nestes fundamentos lógicos: a ciência de boa conduta, a arte de respeitar os demais, e o trabalho organizado com as máximas consciências das possibilidades criadoras de cada um, para que, com o menor esforço se dê satisfação às necessidades colectivas.

A luta desigual do forte contra o débil opomos a fraternidade crescente. O livre acordo e a cooperação voluntária são postulados decisivos da doutrina da liberdade. Por isso a mútua acção íntima e a capacidade de amizade desinteressada e altruísta.

A supressão do monopólio económico conduz à inteligente e honrada administração de tudo quanto se fabrica e produz.

Para garantir a abundância impõe-se estruturar o trabalho de forma conveniente para todos, não embrutecendo, mas em ambiente de alegria no quotidiano viver dos criadores de riqueza. Deixando de existir a exploração económica igualmente morre a servidão política.

O triunfo do Direito nasce da eclosão da personalidade e da educação dos sentidos. A anarquia, sempre animada de espírito transformador, repele os esquemas e conceitos absolutistas; promove antes a liberdade ampla, num clima de ampla tolerância. Viver é conviver sem dogmas nem imposições.

Ao ditado de governar os homens, a anarquia opõe a prática da arte que educa, a sabedoria que dignifica. A liberdade é a irmã amantíssima da saúde. Princípio e fim de todas as coisas. Da mesma forma que a saúde é a primeira condição para o progresso das espécies, a liberdade supõe a conquista inicial para disfrutar os direitos a uma existência feliz.

A anarquia luta por superar e transformar a natureza e os homens, traçando o caminho recto que conduz à plenitude da vida, à imortalidade!!

RAMÓN LIARTE

(Do n.º 657, de 22 de Dezembro, do nosso estimado companheiro de luta: «ESPOIR» — órgão da Union Regionale de le C.N.T.F. — Bourse du Travail — pl. St. Sernin — Tise. 4 R. Belfort — 31000 — Toulouse — France).

# ÚLTIMOS TEMPOS DE ACÇÃO SINDICAL LIVRE E DO ANARQUISMO MILITANTE

(1926 - 1938)

Obra póstuma do antigo militante da C.G.T.  
**MANUEL JOAQUIM DE SOUSA**



Manuel Joaquim de Sousa

(Continuação)

«Mas não ficou por aqui a desorganização do ensino e o vexame do professorado primário. Com efeito, com o pretexto de moralizar, proibiu-se a coeducação de sexos, no ensino primário e só nesse sector, obrigando assim, na maioria dos casos, o professor primário a leccionar simultaneamente as quatro classes, quando até aí só regia duas, e lançando sobre ele uma suspeita aviltante e injusta. Em substituição das extintas escolas móveis, a ditadura criou postos escolares e tão hábil foi a selecção do respectivo pessoal docente que no primeiro e cremos que no segundo ano, parte dele não soube assinar os termos de prova dos seus lugares. Nem talvez isso fosse julgado necessário, se não fosse o escândalo produzido, apesar da censura à imprensa, que mantém a população na ignorância do que se passa. Os postos não são de facto destinados ao combate ao analfabetismo mas ao povoamento das igrejas e ao aumento da superstição popular.

O mais grave da questão consiste no propósito, que parece existir, de ir suprimindo as escolas primárias, substituindo-as por postos de ensino. Baseia-se a nossa suspeita na circunstância de recentemente se determinar que os professores dos «postos» se designem «regentes» e os das escolas primárias «regentes diplomados», reduzindo-se os vencimentos destes, que eram de 650\$, 700\$, 800\$ ou 900\$, conforme o tempo de serviço, apenas a 400\$ mensais, e ainda no facto de, nos três últimos anos, não terem sido permitidas novas matrículas nas Escolas Normais, que neste ano lectivo (1938/39) tiveram de fechar por falta de alunos e de autorização para os receber.

«Logo no começo da Ditadura o ensino médio foi dificultado aos alunos liceais, com a exigência de propinas verdadeiramente exorbitantes para não as classificar de proibitivas, não falando já na redução de programas, principalmente de ciências naturais, vangloriando-se o ministro de ter acabado com o espírito crítico no ensino secundário! As consequências das referidas reduções têm-nas no ensino secundário! As consequências das referidas reduções têm-nas os alunos quando se propõem fazer exame de admissão aos cursos superiores.

«Mas arranjou-se tempo para o ensino obrigatório da catequese e para os constantes exercícios da Mocidade Portuguesa, a que todos são obrigados, de intuídos políticos e religiosos, sem tolerância com as crenças dos alunos e dos pais.

«Do ensino superior bastará dizer que dele têm saído os ministros mais retrógrados e intolerantes. E, para evitar a temida renovação do espírito do seu pessoal docente o Estado Novo teve o cuidado de excluir das provas de doutoramento todos aqueles que, por pensamentos, palavras e obras, não tinham exuberantemente provado o seu amor à ditadura.

«Sob o ponto de vista educativo, o caso é ainda mais grave. Assim, os alunos são convidados a denunciar os professores supostamente defactos, como aos professores impõem o dever de denunciar os alunos e os respectivos pais que julguem não integrados no regime do «Estado Novo». Por cima das cadeiras

dos professores foi imposta a suspensão na parede de crucifixos; esses, como todos os outros funcionários, foram obrigados a declarar por escrito que não pertenciam e jamais pertenceriam à Maçonaria; no dia 27 de Abril último (1939) todos os professores oficiais e particulares foram obrigados a fazer o elogio do chefe do governo; as nomeações e transferências estão dependentes da boa informação da «policia de vigilância e defesa do Estado»; os lugares tornaram-se todos inamovíveis e incertos...

«Para terminar, dois casos bem recentes: os professores de Lisboa estão convidados para um curso de catequese e o Ministro da Educação Nacional disse há dias em sessão solene a uma criança de menos de 10 anos: — «se teu pai hesitar, pega-lhe na mão e leva-o a votar defendendo assim o teu futuro». (1)

Parecia tratar-se de eleições regulares, democráticas, mas não. Os governantes chamam «eleições» ao que não passa de comédia, para «inglês ver», como diz o povo, destinadas a dar foros de legalidade a umas cortes que se destinam a dizer «amém» à obra da ditadura, tanto mais que tais «representantes do povo» são escolhidos pelos ditadores para não terem iniciativas, pois estas só ao governo pertencem, e são executadas ou não como senhor supremo e acima de quaisquer instituições «legais».

## CAPÍTULO SEGUNDO

**Panorama político anterior ao 28 de Maio. Receios fundamentados. «Venha o que vier»... Desorientação que gera a incapacidade. Sobre a dinâmica confederal e o seu órgão na imprensa. Um caso típico. Trechos elucidativos de um relatório.**

Os acontecimentos que vão seguir-se, na sua primeira fase, não são estranhos à C.G.T. nem esta pode eximir-se às influências que dos mesmos resultaram. Não nos parece, pois, fora do propósito desta brochura, dedicarmos à parte política que determinou o advento da Ditadura, algumas palavras, unicamente a título de elucidação, visto que tantas amarguras trouxe ao proletariado português.

O panorama político anterior ao 28 de Maio de 1926, militantes tava-se assim: um partido que havia herdado do antigo Partido Republicano Português (pré-República) o respectivo programa que constituía, por sua vez, a base política do regime republicano; e que dispôs sempre de uma organização popular, desde quando criada e destinada a derrubar a Monarquia. Era pois um partido vital — pela sua génese, pela sua história e pelo seu número (Afonso Costa). Outro partido se organizou, mas não conseguiu criar prestígio e força que se igualasse ou mesmo aproximasse do primeiro (António José de Almeida — Partido Evolucionista). Aquele dispunha de recursos; este tinha de criá-los. Aquele gosava de uma fama, mais aparente do que real, a fama de «liberal»; este surgiu com premissas con-

servadoras, e este aspecto bastou para lhe tolher progressos populares. Um terceiro partido era composto por elementos de «elite» republicana, procurando actuar por cima daquelas nas directrizes políticas da República (Brito Camacho — Partido Unionista).

O tempo, os interesses e as ambições trouxeram a decomposição de todos e a formação de outros pequenos partidos, uns de efémera existência e outros que apenas mudaram de título: — uns com programas radicais da esquerda, procurando conquistar as massas populares; outros cultivando um nacionalismo mais ou menos velado, procuravam apoios na finança e no exército e, em todo o caso, à falta de programas tentados, cultivando sempre o prestígio dos seus chefes como bandeira de partido.

Todos estes, em relação ao primeiro, eram praticamente impotentes e, não criando forças de base populares, estavam como que dependentes daquele, que fazia concessões ora aos da direita ora aos da esquerda. Esta situação de inferioridade gerou ódios pessoais e políticos, ódios que a todos cegou. Abater pois o poder desse partido — eis o objectivo de todos.

Por detrás de todos estes havia, porém, o Centro Católico que actuava na sombra. Publicamente actuavam os monárquicos do antigo regime e os audaciosos «integralistas», monárquicos absolutistas, com forças facilmente conjugadas, com larga representação na oficialidade nova do exército. Eram forças ainda não agregadas do fascismo, mas que tudo indicava se conjugariam de facto no momento propício.

Toda a gente medianamente inteligente e não cega pelo ódio apaixonado dos homens que estavam à frente dos partidos, via à vista desarmada que as atitudes daquelas forças não eram senão preliminares dum movimento que a todos reuniria numa situação reaccionária predominante. Sim: esses políticos estavam cegos! Ignoramos como serão apreciados pela História. Pasmamos com as suas inconsequências.

Menos de dois meses antes do 28 de Maio de 1926, militantes da C.G.T. foram abordados por homens responsáveis da «Esquerda democrática» que pretendiam que a C.G.T. colaborasse com esse partido numa acção destinada a derrubar o governo de António Maria da Silva, apresentando-lhes o perigo fascista, desenhado por Filomeno da Câmara e outros. Sabia-se que os irmãos Cabeçadas organizavam febrilmente uma revolução com carácter conservador, e inúmeros oficiais conspiravam nos quartéis. O cunho reaccionário da larga conspiração era visível, quase palpável.

Mas cada partido procurava aproveitar-se do futuro movimento para, por um golpe de mão, entronizar-se no Poder. A C.G.T. não podia dar uma colaboração com fins particularistas. Entraria, sim, em acção, mas como força própria, contra a ameaça do fascismo, partisse o perigo de onde partisse. A mera substituição de governantes não lhe poderia interessar. Eram, pois, duas concepções diferentes e incompatíveis.

E surge o célebre 28 de Maio. Verifica-se que neste movimento estão interessados todos os partidos, sem excepção. Mas verifica-se, igualmente, que o ódio ao Partido que estava no Poder (os Democráticos), é superior ao discernimento, ao frio raciocínio, à visão dos próprios factos.

O general Gomes da Costa, de opiniões políticas incertas e sempre frágeis, apenas militar e militarista, serve-se do seu prestígio para arrastar o exército, já de antemão preparado, e vem de Braga a caminho de Lisboa, rodeado e apoiado por toda a oficialidade reconhecidamente reaccionária.

O perigo é, hora a hora, mais iminente. Pressente-se a queda de todas as liberdades populares. Falando, por acaso, com o chefe da «Esquerda democrática» e alguns dos seus lugares-tenentes, expusemos-lhe a nossa angustiada intranquilidade. Perigava a liberdade e a própria República!

«Que importa?» — responde um deles. — «O que é preciso é que esse filho da puta (António Maria da Silva) vá abaixo. Enquanto ao mais, venha lá o que vier!».

O chefe silenciou... Concorde.

Dias depois, caído o odiado governo, entra o exército em Lisboa. Uma força de tenente, qual guarda avançada da Reacção, desce a Avenida da Liberdade em direcção ao Rossio. Ao atravessar o Largo de D. João da Câmara, vários populares manifestam-se com vivas. Um dos populares grita:

— Viva a República!

O tenente abandona a força e dá-lhe uma bofetada.

Simbólico gesto: nem liberdade nem república!

O aviso foi solene: Liberdade?

— Quem a tem chama-lhe sua...

República? — Acaso era ignorado o método da Cúria Romana, segundo o qual as doutrinas escravocratas da Igreja se adaptam, vivem e proliferam no seio de qualquer regime?

Uma restauração monárquica traria complicações. Mas uma Ditadura, justificada depois por uma constituição ardilosa, supria com vantagem a restauração da realeza.

Que realizou a C.G.T. em face daquele movimento — perguntar-se-á?

A pergunta é lógica e é fundamentada, sabendo-se que de há muito a C.G.T. e o seu órgão na imprensa «A Batalha» vinham agitando a necessidade de o proletariado organizado se opor por todos os meios a uma situação político-militarista-reaccionária cujo advento há muito se pressentia.

A resposta é que é difícil e algo complexa...

Em primeiro lugar, antes do 28 de Maio e apesar dos ódios políticos, mais do que os respectivos programas, subdividirem os partidos; apesar dos interesses de toda a oposição contra o partido que governava, dispoño de todos os poderes do Estado; apesar de se agitassem escândalos políticos e económicos, inerentes, próprios e inseparáveis do mesmo regime burguês e capitalista, seja qual for a forma de governo e o partido que ocupe o Poder — apesar de tudo isto, não era crível que os homens chamados das esquerdas acabassem por aliar-se aos da direita, nessa altura, sabendo todos que por detrás deles actuava o fascismo a que era atreita a maioria dos oficiais do Exército.

(1) — As opiniões do velho inspector sobre o caos em que a Ditadura lançou a instrução pública, estão certas. Quanto aos postos escolares o caso é ainda mais sombrio. O certo é que com o pretexto de acabar com o analfabetismo (o que se estava conseguindo antes com as escolas móveis), a Ditadura açulou a miséria e as dificuldades de emprego, e abriu os os braços, ou antes, recrutou os impreparados e todos os desempregados, que tudo aceitaram por qualquer preço, dentro da pavorosa ideia do «mais vale pouco que nada». Passou a dar instrução deficiente por ordenados baixos, obtendo assim professores baratos que, recrutados nas camadas mais desprotegidas, davam certamente grande contingente à Igreja e à Superstição. No entanto, é preciso ver que não eram só os regentes escolares a serem veículo da religião e nem só os ignorantes pobres, mas o perigo vem mais dos ricos que dos pobres; os professores oficiais eram preparados para actuar de acordo com os padres, sendo assim, devido a essa preparação, os maiores agentes da igreja na escola. Ainda hoje isso sucede. Entre os regentes havia de tudo, até indivíduos com boa preparação intelectual a quem a miséria do desemprego lançara as garras, e que, se alguma vez se salientavam, eram logo demitidos, ao menor espírito de rebeldia. Em 1972, extinguiram os lugares de regentes (se é que a hipocrisia reinante os não mantém ainda), sujeitando-os a um curso de adaptação; mas, quer os antigos e novos professores quer os antigos regentes adaptados, continuarão a ser agentes da religião católica dentro das aulas, se uma reestruturação profunda não se efectuar no campo da Educação, abolindo por completo a acção confessional nas escolas, a qual apesar do advento do 25 de Abril, infelizmente continua nas escolas confessionais que são quase todas.

AVENÇA

Quando mudar de residência informe-nos da nova direcção.